

Editorial

Entre os elementos que compunham a arquitetura do teatro grego, em seu período de pleno desenvolvimento, encontravam-se: I - a *orquestra*, espaço em formato circular ocupado pelo coro; II - o *proscênio*, palco situado a três ou quatro metros acima do coro, ocupado pelos atores; e III - aos fundos, fora do campo de visão dos espectadores, a *skené*:

Skené significa ‘tenda’ e designou primitivamente uma barraca de tábuas, coberta de pano, onde atores e coreutas trocavam de máscara e indumentária entre os episódios. Era também o local onde, por convenção, passavam-se todas as cenas violentas, tão comuns na tragédia: suicídios, assassinatos, sacrifícios de vítimas humanas..., atos que não se podiam praticar à vista dos espectadores no teatro grego (Brandão, 1980, p.105).

A *skené* proporcionava ao público, por meio de ruídos ou mesmo pelo cheiro de sangue de animais realmente sacrificados, a ilusão de uma ação que ocorria além do alcance visual, por detrás da cena. Com o tempo, ao ser incorporada pelo teatro moderno como simples espaço de camarim, a função cênica desse “oculto que se faz perceber” acabou sendo consideravelmente reduzida.

Provém do grego *ob skené* uma das múltiplas raízes etimológicas do termo “obsceno”, cuja vertente latina, *ob-scaenam*, havia sido mencionada na CARTA CONVITE. Ambas as vertentes, grega e latina, convergem para o sentido daquilo que se encontra fora da cena, a “cena outra” que irrompe inadvertidamente ao primeiro plano. Esse foi o convite que propusemos para o número 79 da revista IDE: discutir o obsceno, partindo de seu sentido amplo, como aquilo que, ao se fazer ver, esgarça forçosamente os limites da visão.

Seria algo tentador acreditar que a ascese prescrita pela tradição judaico-cristã tenha deslocado o sentido anterior de “obsceno” em direção

à sexualidade. *Obscenus*, possivelmente derivado de *ob-caenum*, passou a designar aquilo que é considerado indecente, impuro ou imundo – reme-
tendo, portanto, à *sujeira* (*caenum*) enquanto representação do que uma
sociedade reconhece como desvio de suas normas. Poderíamos concluir
apressadamente que a moral religiosa do período medieval tenha exercido
influência decisiva na associação entre obscenidade e as “impurezas” da
vida erótica e da sexualidade humana.

No entanto, a observação antropológica de culturas díspares e de
sociedades não europeias leva à constatação da presença de certos elemen-
tos recorrentes à noção de obsceno: a nudez, os atos fisiológicos e a sexu-
alidade em toda sua extensão (La Barre, 1955). Ainda que se preserve o
seu relativismo cultural – segundo o qual a obscenidade só existe em um
campo normativo específico que lhe atribua tal significado –, não deixa de
ser notável a correspondência, em tantas culturas, dos mesmos elementos
capazes de provocar a ruptura da norma. A relação íntima entre o obsce-
no e a sexualidade não parece ser, portanto, uma construção estritamente
europeia, e talvez esteja muito mais ligada aos mistérios ocultos que regem
o existir humano e a vastidão inapreensível de seus desejos.

“No mundo negro africano tradicional, o obsceno é geralmente asso-
ciado ao sexo” (p.27). É assim que Kabengele Munanga inicia suas refle-
xões em *Algumas considerações sobre o obsceno nos rituais africanos*, traba-
lho de 1985 que a IDE tem a honra de republicar nesta edição. Nesse breve
relato etnográfico, o antropólogo explicita a função reguladora do obsce-
no nas sociedades africanas, cujo objetivo é promover a coesão social. Tal
perspectiva parece distanciar-se, à primeira vista, da função mais comu-
mente ligada à obscenidade: a de uma transgressão normativa que reúne
excitação e agressividade, permeada pela intenção de constranger e produ-
zir impacto no outro.

É nessa concepção mais corriqueira de obsceno que se inscreve o artigo
de M. Masud R. Khan, *Pornografia e as políticas da raiva e da subversão*, no
qual se destacam tendências à desumanização implícitas na *écriture* por-
nográfica. O próprio autor, psicanalista cuja biografia e atividade profis-
sional foram marcadas por polêmicas e transgressões, parece personificar,
na história oficial da Psicanálise, o desvio obsceno.

A tradução inédita do artigo inaugura a seção REVERBERAÇÕES, dedi-
cada à republicação de textos mais antigos, acompanhados de comentários
críticos, contextualizações históricas e ressonâncias com questões atuais.
É o que propõe o trabalho de Luciana Pires, ao apontar contradições e
sugerir expansões ao original de Khan.

Nos artigos da seção TEMA, encontramos exemplos vivos de *skénés*
contemporâneas, que abrangem tanto a violência da invisibilidade, pela
exclusão da cena, quanto a violência da visibilidade excessiva, cujo efeito

dissolve a própria noção de cena. A obscenidade do pensamento autoritário na esfera política brasileira é o objeto de estudo de Mônica G.T. Amaral, servindo também como fundamento conceitual para os processos de dessubjetivação identificados por Ludmila Y. M. Frateschi em suas reflexões. Alexandre Patricio de Almeida denuncia padrões normativos da psicanálise que segregam e obstruem a escuta do desejo homossexual, enquanto Luciana Saddi explicita padrões normativos estéticos que encobrem o ódio ao corpo feminino e ao seu envelhecimento.

Na abertura e ao final da seção, temos dois artigos dedicados à obra de Hilda Hilst. As contribuições desta autora são seguramente incontornáveis para qualquer discussão sobre a obscenidade na cultura brasileira. Hilst consagrou grande parte de sua produção literária a uma investigação contínua do obsceno como tentativa de vislumbrar o incognoscível, de nomear o indizível pela volúpia dos excessos. Como esclareceu em uma entrevista, “o meu sentido de obsceno seria uma lucidez muito grande que faz com que não exista mais a surpresa do existir.” (Hilst apud Amorim, 1995, p.12). Eis o implacável dilema: quanto mais podemos ver, menos nos impressiona aquilo que vemos.

Dilema explorado pelo artigo de Andréa Jamilly R. Leitão, ao reconhecer a obscenidade não apenas como tema, mas como forma da prosa hilstiana, jogando constantemente com as fronteiras: entre gêneros e estilos literários, entre atração e repulsa, entre a erudição e o rebaixamento da língua, entre o dito e o não dito. Já o artigo de Juliana Caldas e Renato Tardivo recorre ao último livro da autora – espécie de testamento literário – para assinalar a outra face do obsceno que, assim como a sexualidade, habita inexoravelmente o terreno do desconhecido: a morte.

A seção de ENTREVISTA conta com Eliane Robert Moraes, em uma conversa que parece sobrevoar os textos da seção temática, articulando tópicos como pornografia, morte, transgressão e transcendência. Nos diálogos que Moraes estabelece com Marquês de Sade, Mário de Andrade e Hilda Hilst, ela faz emergir, como denominador comum de seus erotismos, o questionamento sobre a própria noção de humanidade e de seus limites. Nessa perspectiva, o desnudamento obsceno, situado no embate entre Eros e Thanatos, incide não apenas sobre o corpo humano, mas, fundamentalmente, sobre a condição humana.

Mantivemos a seção de artigos não temáticos com o nome de CONTRAPONTO, concebendo cada número da revista como uma totalidade na qual se conjugam textos em dissonância, em complementariedade e em relações imprevisíveis. Alongando a metáfora musical, consideramos ser essa sobreposição entre o ponto temático e contraponto não temático o que confere complexidade e compõe a textura singular de cada edição.

Os leitores perceberão também o novo projeto gráfico da IDE. Nossa proposta foi oferecer uma experiência de leitura renovada, sem romper com a continuidade de uma longa tradição estética da revista. O estudo desse percurso editorial, realizado por Henrique Xavier, permitiu que elementos de projetos gráficos anteriores fossem retomados, modificados para responder a necessidades atuais e somados a novas soluções. Com isso, esperamos que a nova gestão editorial, que aqui se inicia, sustente o espírito que caracteriza a presente publicação desde a sua fundação – a disposição de estar sempre em movimento e abrir novos caminhos (Hamer *et al.*, 2025). Disposição essa que se encontra, aliás, bem representada pelo próprio nome que carrega, o imperativo do verbo ir: IDE.

Alexandre Socha

EDITOR



Referências

- Amorim, (1995, outubro). Hilda Hilst: Não tenho alegria de ser brasileira. *Suplemento Cultural ao Diário Oficial do Estado de Pernambuco*, ano IX, p. 12.
- Brandão, J. de S. (1980). *O teatro grego: origem e evolução*. Tarifa Aduaneira.
- Hamer, C. J.; Azambuja, D. C. de; Favilli, M. P.; & Lima, L. T. de O. (2015). Os primeiros anos da IDE - lembranças e reflexões. *IDE*, 38(60), pp. 13-21. SBPSP.
- La Barre, W. (1955). Obscenity: An Anthropological Appraisal. *Law and Contemporary Problems*, 20(4), pp. 533-543. <https://doi.org/10.2307/1190284>

DOI

10.5935/0101-3106.v47n79.01